

MINISTÉRIO DO **TRABALHO** E **EMPREGO**

Secretaria Nacional de Economia Solidária

TOMADA DE CONTAS ANUAL – Exercício de 2006

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA:

1.1 Nome completo e oficial do órgão, entidade, empresa, fundo, etc;

Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES

1.2 Número do CNPJ;

37115367/0033-48

1.3 Natureza jurídica;

Órgão da Administração direta do Poder Executivo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego

1.4 Vinculação ministerial;

Ministério do Trabalho e Emprego

1.5 Endereço completo da sede

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Ed. Sede, 3ºandar, sala 331

CEP 70059-900,

Brasília DF

Telefone: 61 – 3176533/6534

FAX : 61-33178221

1.6 Endereço da página institucional na *Internet*;

<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>

1.7 Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no Siafi

Unidade Gestora: 38001 – SENAES

1.8 Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada;

Lei nº 10.683 de 28/05/2003

“À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Art. 19. Ao Departamento de Estudos e Divulgação compete:

I - colaborar com o desenvolvimento e divulgação de pesquisas na área da economia solidária;

II - articular-se com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, para a promoção de ações de formação no campo da economia solidária;

III - promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e promoção da economia solidária;

IV - coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da economia solidária; e

V - apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária.

Art. 20. Ao Departamento de Fomento à Economia Solidária compete:

I - promover ações e elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;

II - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas de economia solidária;

III - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante a abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;

IV - promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e

V - cooperar com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e outros órgãos de governo para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários.”

1.9 Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame; e

Decreto nº 5.063 de 04/05/2004 que revogou o Decreto nº 4.764 de 24/06/2003

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas.

Portaria nº 483 de 15/09/2004 que revogou as Portarias nº 765, 766, 767, 768, 769 e 770 de 11/10/2000.

2) OBJETIVOS E METAS:

2.1 Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas;

a) Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (1133) PPA 2004-2007

b) Ação Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos, dentro do Programa Resíduos Sólidos Urbanos (8007)

2.2 Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários; **demonstrando em quadro analítico a despesa executada no exercício sob exame, especificando minimamente, por programa executado :**

- **NOME DAS AÇÕES QUE COMPÕEM O PROGRAMA;**
- **META FÍSICA PREVISTA X EXECUTADA**
- **META FINANCEIRA PREVISTA X EXECUTADA**

OBJETIVO GERAL

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem por objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidário, mediante políticas integradas visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

OBJETIVOS ESPECIFICO

- elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os

serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;

- intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;
- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;
- estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;
- fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária.

BENEFICIÁRIOS

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

QUADRO ANALITICO DAS AÇÕES QUE COMPÕEM O PROGRAMA

| Programa Solidária Desenvolvimento | Economia em | Meta física | | Meta financeira | |
|---|----------------|-------------|-----------|-----------------|-----------|
| | | Prevista | Executada | Prevista | Executada |
| Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário (2A85) | | 100,000 | 280,000 | 200.000 | 224.000 |

| | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------|-----------|
| Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária | 55,000 | 0,000* | 634.000 | 707.356 |
| Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária | 681,000 | 750,000 | 7.606.644 | 8.513.213 |
| Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária | 96,000 | 3.331,000** | 1.100.000 | 1.232.000 |
| Gestão e Administração do Programa | Sem meta física | Sem meta física | 400.000 | 391.239 |
| Publicidade de Utilidade Pública | Sem meta física | Sem meta física | 230.000 | 193.242 |
| Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão | 4,000 | 20,000** | 1.650.000 | 1.822.687 |
| Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária | 900,000 | 5.000,000 | 700.000 | 758.930 |
| Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos | 21,000 | 21,000 | 200.000 | 224.000 |

* a meta física desta ação consta de políticas apoiadas. Contudo a ação focou no período em questão nos gestores públicos do que nas políticas públicas, além de ter instalado o Conselho nacional de economia solidária. Neste sentido, a mensuração da meta física não se mostra possível.

** Metas foram subdimencionadas

2.3 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

Indicadores Gerais do Programa:

- a) **Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária.**
- b) **Número Índice de Empreendimentos Cadastrados**

2.4 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas.

Metas Físicas e financeira de cada ação (LOA +Credito):

Ação: Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário:

Meta física: 100 agente capacitado

Meta Financeira: R\$ 224.000,00

Ação: Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária (0980) :

Meta física: 55 políticas implementadas

Meta Financeira: R\$ 710.080,00

Ação: Fomento À Geração de Trabalho e Renda Em Atividades de Economia Solidária (4737) :

Meta física: 681 empreendimentos apoiados

Meta Financeira: R\$ 8.519.440,00

Ação: Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária:

Meta física: 96 empreendimento beneficiado

Meta Financeira: R\$ 1.232.000,00

Ação: Gestão e Administração do Programa:

Meta Financeira: R\$ 448.000,00

Ação: Publicidade de Utilidade Pública:

Meta Financeira: R\$ 230.000,00

Ação: Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão (8275):

Meta física: 4 empresas recuperadas

Meta Financeira: R\$ 1.848.000,00

Ação: **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária:**

Meta física: 900 empreendimento cadastrado

Meta Financeira: R\$ 784.000,00

Ação: **Resíduos Sólidos:**

Meta física: 21 cooperativas apoiadas

Meta Financeira: R\$ 224.000,00

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO:

3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas;

Indicadores Gerais do Programa:

a) **Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária.**

b) **Número Índice de Empreendimentos Cadastrados**

3.2 Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade);

Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária: O indicador pretende medir quantos trabalhadores passaram a ter trabalho e renda a partir da constituição de empreendimentos econômicos solidários apoiados a partir do programa economia solidária em desenvolvimento. Neste sentido, é um indicador que pretende medir a eficácia do programa.

Número Índice de Empreendimentos Cadastrados: O indicador busca medir quantos empreendimentos econômicos solidários estão mapeados no Brasil e sob influência do programa economia solidária em desenvolvimento. Neste sentido é um indicador que pretende medir o crescimento da economia solidária no Brasil, e portanto a efetividade do programa.

OBS: Os indicadores do programa ainda são falhos e estamos em processo de avaliação da real capacidade dos mesmos de medir a eficácia, eficiência e efetividade do Programa para ser reformulado no próximo PPA.

3.3 Fórmula de cálculo e método de medição;

- a) **Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária:** Relação entre a quantidade de postos de trabalho gerados pela economia solidária no ano corrente e a quantidade de postos de trabalho gerados pela economia solidária no ano base, multiplicado por 100.
- b) **Número Índice de Empreendimentos Cadastrados:** Relação entre o número de empreendimentos cadastrados no ano corrente e o número de empreendimentos cadastrados no ano base, multiplicado por 100. No ano base foram cadastrados 900 empreendimentos.

3.4 Responsável pelo cálculo/medição.

Coordenadores das Ações do Programa e a equipe gerencial do Programa.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:

4.1 Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa. Para tanto, deve-se:

- a) relacionar com base no item 2 retro, os programas de maior materialidade (cuja soma ultrapassem 90% da gestão da Unidade Jurisdicionada) e relevância, que retratam em seus aspectos principais a execução orçamentário-financeira do exercício.

Esta unidade é responsável por apenas pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Além disso, tem responsabilidade por uma ação contida em programa de outra unidade, de menor relevância em relação ao Programa citado. Assim, descreveremos apenas esse programa pelo qual somos responsáveis:

- **Programa Economia Solidária em desenvolvimento**

- b) definidos os principais programas de governo elaborar informe, demonstrando:
- b.1) objetivos gerais e específicos (por ação – projeto/atividade – quando relevantes);
- b.2) público alvo;

- b.3) fluxos (funcionograma) das principais ações dentro do(s) programa(s);
- b.4) metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária, cotejando-as inclusive com proposta inicial encaminhada à setorial de orçamento;

1. CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

OBJETVO GERAL

A ação busca capacitar agentes de desenvolvimento solidário que promoverão ações de fomento e apoio ao desenvolvimento local solidário, com vistas à geração de trabalho e renda, disseminando, promovendo e implementando ações em comunidades pobres e em territórios que possuam potencial para o desenvolvimento de novas atividades econômicas estimulando em especial a organização de empreendimentos econômicos solidários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitação de agentes de desenvolvimento solidário;
- articulação de políticas públicas, tendo em vista a efetivação de políticas sociais de caráter emancipatório, com base no território;
- Contribuir para a consolidação de um outro modelo de desenvolvimento, sustentável e solidário, centrado na ação sobre o território e realizado a partir do protagonismo das próprias comunidades e segmentos constitutivos do espaço local;
- Apoio à consolidação de empreendimentos e cadeias produtivas, o fortalecimento das organizações associativas, a promoção de complexos produtivos, redes de produção, beneficiamento e comercialização.

PÚBLICO ALVO

Trabalhadores que vivem em situação de desemprego; comunidades pobres, populações específicas e territórios que possuam potencial para o desenvolvimento de novas atividades econômicas; comunidades que desenvolvem atividades voltadas ao turismo, cooperativas, associações e redes de produção, consumo, comercialização; empreendimentos econômicos solidários.

FLUXOS

Atuando diretamente junto às comunidades, os agentes de desenvolvimento solidário são provenientes das mesmas e atuam fundamentalmente na identificação e articulação das potencialidades locais, principalmente econômicas.

Estes agentes, depois de escolhidos no interior das comunidades beneficiadas, são capacitados por uma equipe nacional que acompanha e avalia seus trabalhos.

Em cada unidade da federação, existe um coordenador que articula e coordena o trabalho dos agentes no interior do estado.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta física: 280 agentes capacitados

Meta Financeira: R\$ 224.000,00

2 ESTÍMULO À CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO GERAL

Apóia e estimula que outros órgão de governo e outros entes federativos constituam e consolidem políticas públicas de economia solidária, buscando assim não sobrepor ações, dar maior capilaridade a política e construir uma organizada e sistemática única nas políticas públicas nacional, estaduais e municipais de economia solidária, buscando a transversalidade de política, e complementaridade entre os entes federativos e a institucionalização da política pública de economia solidária.

Além disso, esta ação busca que estas políticas públicas sejam abertas para a participação social, principalmente a partir do funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atividades de fortalecimento e constituição de políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento da economia solidária, que tenham por método a participação popular;
- Atividades que promovam a articulação dos gestores de políticas públicas de economia solidária;
- Atividades que promovam a sistematização e a avaliação de políticas públicas de economia solidária.
- Atividades de debate com os segmentos organizados da sociedade civil sobre a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Atividades de debate com os segmentos organizados da sociedade civil para definição, acompanhamento e avaliação de políticas de atuação do CNES;
- Atividades de custeio para efetivar a participação de organizações da sociedade civil no CNES, por meio de plenárias estaduais, regionais e nacional; e
- Atividades que garantam as condições para o funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária por meio da estruturação de sua secretaria executiva e do apoio logístico aos conselheiros e grupos técnicos de apoio.

PÚBLICO ALVO

Outros órgãos do governo federal, governos estaduais e municipais e gestores públicos municipais, estaduais e federais. Sociedade civil organizada.

FLUXOS

Hoje a ação esta centrada na formação de gestores públicos de economia solidária, no apoio a construção e consolidação de políticas públicas de economia solidária e no funcionamento do conselho nacional de economia solidária.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta física: 0*

Meta Financeira: R\$ 707.356,00

*OBS: a meta física desta ação consta de políticas apoiadas. Contudo a ação focou, no período em questão, nos gestores públicos mais do que nas políticas públicas em si, além de ter instalado o Conselho Nacional de Economia Solidária. Neste sentido, a mensuração da meta física não se mostra possível.

3. FOMENTO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM ATIVIDADES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO GERAL

Com esta ação pretende-se identificar os empreendimentos de economia solidária, estudar a sua viabilidade e criar formas de incentivo a novas oportunidades de geração de trabalho e renda voltadas para a inclusão social e para a superação das formas de exploração do trabalho.

Neste sentido, constitui-se numa ação estruturante do programa, que busca entre outras coisas, oferecer capacitação dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, acompanhamento aos empreendimentos, assessoria e acesso as tecnologias sociais aos mesmos, incubagem dos empreendimentos e buscar apoiar as diferentes formas de finanças solidárias e crédito/microcrédito para o financiamento dos empreendimentos econômicos solidários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atividades que promovam a integração dos trabalhadores da economia solidária, na perspectiva da autogestão;
- Atividades que fomentem a constituição de novos empreendimentos ou o fortalecimento dos já existentes;
- Atividades que promovam a organização de redes de fortalecimento político e econômico da economia solidária, bem como de complexos cooperativos;
- Atividades que articulem a organização e intervenção dos empreendimentos de economia solidária em cadeias produtivas;
- Atividades que sejam complementares às políticas de crédito do governo;
- Atividades que promovam a articulação nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária;
- Atividades que promovam articulações internacionais, com vistas ao fortalecimento da economia solidária.
- Atividades que tenham por objetivo desenvolver proposta e metodologias que possam contribuir para a construção de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias;
- Atividades de finanças solidárias que possam ter o seu alcance ampliado por meio do apoio da SENAES;
- Atividades que promovam a identificação e a integração das várias modalidades de finanças solidárias.

PÚBLICO ALVO

Empreendimentos econômicos solidários, entidades de fomento a economia solidária, entidades de finanças solidárias, trabalhadores e trabalhadoras desempregados.

FLUXOS

Apoio a projetos e atividades que estejam no escopo do fomento a economia solidária, como por exemplo, a incubagem de empreendimentos, a capacitação e acompanhamento dos mesmos e de seus trabalhadores, atividades relativas as finanças solidárias, etc.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta física: 750 empreendimentos apoiados

Meta Financeira: R\$ 8.513.213,00

4. FOMENTO A REDES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO GERAL

Esta ação tem por objetivo criar canais de comercialização e escoamento da produção para os empreendimentos econômicos solidários, assim como fortalecê-los economicamente a partir do fomento a cadeias produtivas e redes de produção, possibilitando que possam se inserir no mercado de maneira mais estruturada e consigam se viabilizar e fortalecer economicamente.

Além disso, a ação pretende também criar um sistema de comércio justo e solidário, inserindo os consumidores no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atividades educativas que promovam e incentivem o consumo de produtos da economia solidária;
- Feiras e mostras da economia solidária que tenham caráter nacional, estadual ou regional e que, comprovadamente, movimentem os empreendimentos do setor, promovendo os seus produtos e integrando os em redes;
- Atividades que concorram para a efetiva criação de espaços de comercialização de produtos e serviços da economia solidária;
- Atividades que promovam a articulação entre produtores e destes com consumidores.
- Articulação de empreendimentos em redes e cadeias produtivas.

PÚBLICO ALVO

Empreendimentos econômicos solidários e consumidores no geral

FLUXOS

Realização de feiras de economia solidária. Mapeamento, articulação e apoio a cadeias produtivas formadas por empreendimentos econômicos solidários. Apoio à construção do sistema nacional de comércio justo e solidário.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta física: 3331 empreendimentos beneficiado

Meta Financeira: R\$ 1.232.000,00

5. PUBLICIDADE E UTILIDADE PÚBLICA

OBJETIVO GERAL

A mídia é hoje uma das formas mais poderosas na manutenção e criação de representações sociais, os modelos de como apreendemos a realidade e constituem o imaginário social, dando sentido ao mundo, determinando valores e condutas. A força dessas representações e imagens está no poder que elas têm de naturalizar situações e relações de tal forma que elas pareçam ser inquestionáveis. Exatamente por entender a importância da mídia na modificação das representações sociais, a comunicação se constitui em lugar privilegiado de atuação para o fortalecimento da economia solidária enquanto alternativa de geração de trabalho e renda.

Uma das funções da SENAES é apresentar e levar ao conhecimento dos setores da população, principalmente àqueles em situação de desemprego ou no mercado informal de trabalho, a possibilidade de reinserção e inclusão social através de práticas solidárias. Para isto, uma importante ação da SENAES é a de divulgar esta possibilidade, tanto para o grande público, como para setores específicos da sociedade.

OBJETIVO ESPECIFICOS

- Campanha de divulgação da economia solidária
- Campanha de sensibilização para o consumo ético e solidário
- Publicidade para utilidade pública

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta Financeira: R\$ 193.242,00

6.GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL

Esta ação contempla ações consideradas estruturantes e transversais para o desenvolvimento da Política Pública de Economia Solidária. Além das atividades específicas para a gestão do programa, encontra-se também entre estas ações a constituição de atividades voltadas à reflexão, elaboração e reformulação de estudos e legislação considerando a realidade dos empreendimentos e agentes envolvidos na economia solidária.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta Financeira: R\$ 391.239,00

7. RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES ORGANIZADOS EM AUTOGESTÃO

OBJETIVO GERAL

O objetivo desta ação é contribuir para o fortalecimento de empreendimentos autogestionários constituídos por trabalhadores e trabalhadoras de empresas recuperadas ou em crise. Para isto a ação busca assessorias tecnicamente os empreendimentos em fase de recuperação, capacitar os trabalhadores, promover o intercambio dos trabalhadores de empreendimentos.

OBJETIVO ESPECIFICOS

- Realizar cursos de capacitação;
- Promover intercâmbios de trabalhadores (estágios cooperativos);
- Realizar oficinas temáticas;
- Promover seminários nacionais;
- Elaborar planos de viabilidade econômica;

- Elaborar projetos de financiamento;
- Promover visitas técnicas;
- Realizar estudos de cadeias produtivas.

PÚBLICO ALVO

Empresas em situação de crise jurídica e/ou financeira em que os trabalhadores possam se interessar em organizar-se para recuperá-las, e aquelas que já se encontram em processo de recuperação.

FLUXOS

Parceria com entidades com notório saber na área que se responsabilizam em acompanhar as empresas indicadas pela Coordenação da ação.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta física: 20 empresas recuperadas

Meta Financeira: R\$ 1.822.687,00

8. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO GERAL

Esta ação tem por objetivo constituir e alimentar um Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, constituído por Sistemas Estaduais de Informações, buscando informações consolidadas, com base em indicadores (quantitativos e qualitativos), para o conhecimento adequado da abrangência e importância da economia solidária no Brasil. A visibilidade das iniciativas promove o reconhecimento público e a formulação de políticas públicas para a economia solidária. Neste sentido, o objetivo da ação é de construir um instrumento de informações que possibilite dar visibilidade a economia solidária, orientar o processo de organização da mesma no Brasil (cadeias produtivas, canais de comercialização, necessidades de capacitação, etc.) e identificar e subsidiar os processos de formulação e execução de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária
- Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária;
- Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária;
- Viabilizar processos adequados de avaliação, monitoramento e acompanhamento das iniciativas da economia solidária.

PÚBLICO ALVO

Gestores públicos, pesquisadores, sujeitos da economia solidária e público no geral.

FLUXOS

Constituição de Sistemas estaduais de informação de economia solidária, alimentados e coordenados por equipes estaduais, que alimentam o sistema através do cadastro e coleta de informações dos empreendimentos econômicos solidários. Esta informação é consolidada no Sistema Nacional de Informação, a partir da coordenação nacional da ação.

META FÍSICA E FINANCEIRA

Meta física: 5.000 empreendimentos cadastrados

Meta Financeira: R\$ 758.930,00

4.2 Indicadores ou parâmetros utilizados na análise;

- a) **Índice de Empreendimentos Certificados:**
- b) **Taxa de crescimento de postos de trabalho gerados**

Fórmula de cálculo e método de medição;

- c) **Índice de Empreendimentos Certificados:** Relação entre os empreendimentos certificados no ano corrente e os empreendimentos certificados no ano base multiplicado por 100.
- d) **Taxa de crescimento de postos de trabalho gerados** pela economia solidária: Relação percentual entre o total de postos de trabalho na economia solidária no ano corrente sobre o total de postos de trabalho na economia solidária no ano anterior.

Responsável pelo cálculo/medição.

Coordenadores das Ações do Programa e a equipe gerencial do Programa.

Outros Parâmetros de Gestão.

Além disso, utilizamos outros parâmetros para gerenciar a conformidade e o desempenho do Programa. O principal mecanismo para tal é o diálogo com a sociedade civil, e o controle social decorrente da abertura de canais de participação. Temos realizado, neste sentido, reuniões trimestrais com o público alvo do Programa e com entidades correlatas no sentido de avaliar, planejar e gerenciar em conjunto as ações do Programa.

4.3 Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado);

| | | | |
|------|-----------------------|------|------------|
| Ação | Meta física realizada | Meta | financeira |
|------|-----------------------|------|------------|

| | | realizada |
|--|-----------------|-----------|
| Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário (2A85) | 280,000 | 224.000 |
| Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária | 0,000* | 707.356 |
| Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária | 750,000 | 8.513.213 |
| Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária | 3.331,000** | 1.232.000 |
| Gestão e Administração do Programa | Sem meta física | 391.239 |
| Publicidade de Utilidade Pública | Sem meta física | 193.242 |
| Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão | 20,000** | 1.822.687 |
| Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária | 5.000,000 | 758.930 |

* a meta física desta ação consta de políticas apoiadas. Contudo a ação focou no período em questão nos gestores públicos do que nas políticas públicas, além de ter instalado o Conselho nacional de economia solidária. Neste sentido, a mensuração da meta física não se mostra possível.

** Metas foram subdimencionadas

4.4 Apresentar quadros demonstrativos por elemento de despesa, detalhando os 10 maiores contratos por, dispensa, inexigibilidade, convite, pregão, tomada de preços e concorrência.

Não cabível para esta unidade

4.5 Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso.

1. CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

a) Principais avanços obtidos com a ação:

Os agentes de desenvolvimento solidário estão trabalhando em 258 comunidades propiciando nas mesmas, o apoio e assessoria para empreenderem o seu próprio desenvolvimento a partir da constituição de empreendimentos econômicos solidários. O projeto recém implantado já beneficia mais de 35.000 trabalhadores diretamente e 212.000 pessoas indiretamente, pela melhoria das condições de vida em suas comunidades.

b) Principais dificuldades verificadas na implementação da ação:

- Orçamento específico insuficiente na LOA para a ação
- Calendário Financeiro de liberação de recursos inadequado para continuidade do trabalho ao longo de todo o exercício;
- Escassez de equipe disponível na SENAES.
- Falta de mecanismos institucionais para efetivação da intersectorialidade no trabalho governamental

c) Principais desafios para a ação:

- Consolidar relação de trabalho com demais Ministérios/Órgãos para efetivar o programa como suporte principal em diversos programas sociais do Governo Federal (porta de saída do Bolsa Família -MDS, geração de renda junto ao programa Luz para Todos - MME, suporte para criação de Agendas 21 com apoio da economia solidária – MMA, etc.)
- Institucionalizar procedimentos de execução para a política pública de apoio a Economia Solidária
- Garantir continuidade da ação com recursos suficientes para sua manutenção

2 ESTÍMULO À CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

a) Principais avanços obtidos com a ação:

Em 2006, o foco da ação mudou para a formação e “assessoria” à gestores públicos municipais, estaduais e federais de economia solidária, facilitando a ampliação de

políticas públicas para o setor constituídas. Além disso, no ano de 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, reunindo mais de 1200 delegados de todos os estados da federação. Foi também implantado o Conselho Nacional de economia solidária que será instância maior da gestão da política pública de economia solidária do Governo Federal como um todo.

b) Principais dificuldades verificadas na implementação da ação:

- Falta de equipe técnica para auxiliar na realização das parcerias com prefeituras e estados, bem como realizar o seu acompanhamento
- Orçamento muito inferior ao demandado para a ação.

c) Principais desafios para a ação:

- Dar viabilidade administrativa e financeira para que esta ação torne-se efetivo instrumento de parceria do Governo Federal com demais entidades federativas;
- Tornar as relações estabelecidas com os demais entes federativos a estrutura principal na qual poderá ser estruturado o Sistema Público de Economia Solidária, conforme deliberação da I Conferência Nacional de Economia Solidária;
- Garantir recursos financeiros suficientes para democratizar o acesso dos interessados a essa política pública

3. FOMENTO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM ATIVIDADES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A) Principais avanços obtidos com a ação:

- Consolidação da parceria com a Fundação Banco do Brasil criando redes de economia solidária e apoiando empreendimentos em seu interior por todo o território nacional.
- Início da construção de instrumentos de execução direta do Governo Federal no fomento à economia solidária;
- Estruturação de parcerias com Bancos Públicos que financiam iniciativas de economia solidária

B) Principais dificuldades verificadas na implementação da ação:

- Orçamento insuficiente para atender a demanda no setor (mais de 200 projetos apresentados e aprovados tecnicamente pelas áreas responsáveis da SENAES não foram aprovados por insuficiência de recursos)
- Marcos regulatórios deficientes no campo das finanças solidárias para estruturar continuidade do apoio aos projetos após execução

C) Principais desafios para a ação:

- Institucionalizar a metodologia de apoio aos empreendimentos e redes de economia solidária no Brasil como carro-chefe da política nacional de fomento à economia solidária
- Garantir recursos financeiros suficientes para democratizar o acesso dos interessados a essa política pública

4. FOMENTO A REDES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A) Principais avanços obtidos com a ação:

Os resultados esperados são superiores em relação aos que a meta física deixa parecer. A operacionalização do programa nacional de Feiras de Economia solidária tem não somente beneficiado milhares de empreendimentos em todos os estados da federação, mas tem propiciado também a articulação dos mesmos em Redes e Cadeias Produtivas, momento crucial para que os empreendimentos alcancem a sua sustentabilidade. Além disso, tem sido trabalhado, em fase bastante adiantada, a constituição de um Sistema Nacional de Comercio Justo Solidário, que irá beneficiar os aproximadamente 15.000 empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil.

B) Principais dificuldades verificadas na implementação da ação:

- Orçamento aquém do necessário para implantar um sistema nacional de apoio a comercialização dos produtos da economia solidária
- Calendário Financeiro de liberação de recursos incompatível com a necessidade da ação
- Escassez de equipe disponível na SENAES para executar a ação

C) Principais desafios para a ação:

- Superar a maior barreira atual para a consolidação da economia solidária no Brasil que é a distribuição e consumo de seus produtos
- Consolidar o Sistema Nacional de Comercio Ético e Solidário já acordado com todas as entidades da sociedade civil com atuação nesse campo
- Garantir recursos financeiros suficientes para democratizar o acesso dos interessados a essa política pública

5. RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES ORGANIZADOS EM AUTOGESTÃO

A) Principais avanços obtidos com a ação:

- Apoio a quase 200 processos de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão
- Desenvolvimento da capacidade de uso dos mecanismos estabelecidos pela nova Lei de Falências para recuperação de empresas falidas
- Reconhecimento de setores organizados da sociedade civil sobre a importância e viabilidade dessa proposta como forma manter postos e trabalho e fonte de renda para milhares de trabalhadores de empresas falidas

B) Principais dificuldades verificadas na implementação da ação:

- Orçamento insuficiente
- Calendário Financeiro de liberação de recursos inadequado para realidade do setor
- Escassez de equipe e estrutura no Ministério do Trabalho e Emprego para o efetivo suporte às necessidades dos trabalhadores em seu processo de auto-organização

C) Principais desafios para a ação:

- Institucionalizar estruturas de suporte aos processos de recuperação de empresas falidas pela auto-organização de seus trabalhadores
- Garantir recursos financeiros suficientes para democratizar o acesso dos interessados

a essa política pública

8. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

a) Principais avanços obtidos com a ação:

- Mobilização social em território nacional para realização do mapeamento da economia solidária no Brasil com 27 Comissões Gestoras Estaduais, onde participam 230 organizações governamentais e não-governamentais e 600 pesquisadores.
- Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) com plataforma tecnológica disponível para implantação de Sistemas Estaduais de Informações em Economia Solidária, viabilizando novas funcionalidades para organização de redes e promoção de processos de comércio justo e solidário em todo o território nacional.
- Visibilidade do potencial socioeconômico da economia solidária no Brasil, com a identificação e caracterização de 5 mil Empreendimentos Econômicos Solidários, perfazendo um total de 20 mil empreendimentos cadastrados no SIES, com informações sobre as suas atividades econômicas, da capacidade de geração de trabalho e renda, da autogestão e da solidariedade.

b) Principais dificuldades verificadas na implementação da ação:

- Escassez de equipe no Ministério do Trabalho e Emprego para coordenação das atividades do SIES (Sede e DRTs)
- Recursos insuficientes para efetivação das estruturas planejadas para implantar o SIES o que limita o alcance do Sistema a 43% dos municípios brasileiros.
- Inexistência no MTE de plataforma tecnológica adequada para o desenvolvimento de Sistemas de Informações Georreferenciadas para disseminação de instrumentos de consultas avançadas no SIES.

c) Principais desafios para a ação:

- Alcançar a cobertura de 100% dos municípios do território nacional para identificação e cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários
- Viabilizar a implementação e manutenção de 27 Sistemas Estaduais de Economia Solidária integrados em rede e favorecendo processos de organização territorial dos empreendimentos e de comércio justo e solidário
- Integração do SIES com o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que está em processo de formulação
- Ampliar os instrumentos de disseminação e uso das informações do SIES como instrumento de fortalecimento da Economia Solidária.

Apesar de as metas físicas não mostrarem em sua completude, acreditamos que o Programa, considerando sua fase de consolidação, teve resultados acima dos esperados, tanto em termos de pessoas beneficiadas, quanto em termos dos resultados específicos de cada ação. O programa trabalhou nos 27 estados da federação com os trabalhadores e entidades alvo das ações.

O aspecto que mais contribuiu na execução do Programa foi a construção de canais de diálogo com a sociedade Civil. Isto permitiu uma execução descentralizada e participativa das ações e a construção conjunta da política, como sua avaliação e

aprimoramento.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS:

5.1 Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa, tomando-se por base as definições do item 4 retro;

Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

5.2 Descrever os principal(is) banco(s) de dados utilizado(s) como sistema de controle dos programas executados no exercício sob exame, detalhando a ação de governo controlada, bem como as informações e controles propiciados pelo referido sistema;

São utilizados dois bandos de dados para controle do Programa que são:

a) Banco de dados do Sistema Nacional de Economia Solidária: Busca dar informações gerais relativas aos empreendimentos econômicos solidários quanto a sua distribuição geográfica, número de pessoas envolvidas, suas dimensões econômicas e sociais, entre outros. Neste sentido, o banco de dados serve para controlar a eficácia das ações do programa que se referem ao fomento aos empreendimentos econômicos solidários, que são: Capacitação de agentes solidários, fomento a geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária, fomento as redes de produção e comercialização e Estimulo a constituição de políticas públicas econômicas solidárias.

b) Banco de dados de projetos e ações apoiadas pela Secretaria nacional de economia solidária: O Banco de dados controla os projetos e ações orçamentárias desenvolvidas através ou com apoio da unidade informando o local, a entidade responsável, o número de beneficiados, etc. Neste sentido serve para controlar o conjunto das ações, ao disponibilizar informações relativas a todos os projetos apoiados.

5.3 Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados;

Principais dificuldades verificadas na implementação do programa:

- Ausência de regulamentação para implementação de ações específicas (apoio à comercialização, a empresas recuperadas, a empreendimentos e redes, a finanças solidárias)
- Morosidade dos processos para a contratação e conveniamento para a efetivação das ações
- Orçamento insuficiente para dar resposta às necessidades de avanço da economia solidária no Brasil
- Cronograma de desembolso dos recursos orçamentários e financeiros incompatível com a operacionalização das ações.
- Insuficiência de pessoal (de gestão, técnico e administrativo), de espaço físico e equipamento para atender a crescente demanda pelas ações da SENAES
- Dificuldade das entidades conveniadas para operacionalizar as ações

Houve variação de ação para ação quanto ao alcance das metas colimadas.. Isto se deve, sobretudo, ao fato de ainda não ser exata a aferição das metas físicas devido ao pouco tempo de existência do Programa e de sua implantação, sendo necessário, em alguns casos, reavaliar os indicadores das Metas Físicas, o que buscou ser feito no processo de Revisão do PPA em 2006. Assim, se mostra necessário melhor avaliar os indicadores para que eles se aproximem da realidade dos resultados alcançados. Muitas das metas físicas previstas foram, neste sentido subdimensionadas

Outro fator que prejudicou a realização do Programa foi a falta de estrutura física e de pessoal para a execução do mesmo. Os quadros técnicos lotados na Secretaria ainda se mostram insuficientes para atender as necessidades para o total cumprimento das ações.

5.4 Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso;

- Aperfeiçoar os mecanismos de gestão (planejamento, organização, controle e avaliação) e de comunicação a fim de possibilitar maior visibilidade e

reconhecimento das políticas da SENAES por parte do Ministério do Trabalho e Emprego bem como do Governo como um todo

- Adequar a estrutura e organização da SENAES frente às exigências e dificuldades.
- Constituição de Grupo de Trabalho interno para desenvolver proposta de normativas e regulamentações relativas ao desenvolvimento de ações específicas.
- Elaboração de manual de informações sobre convênios para entidades parceiras
- Formulação e adequação das metas físicas do programa contidas no PPA.

5.5 Responsáveis pela implementação das medidas.

Coordenadores das Ações do Programa e a equipe gerencial do Programa.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS):

| Tipo* | Código Siafi/Siasg | Termo Inicial ou Aditivos | Objeto da Avença | Data de publicação no DOU | Valor Total pactuado | Valor total Recebido/ Transferido no Exercício | Contrapartida | Beneficiário (Razão Social e CNPJ) | Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) |
|----------|--------------------|--|---|---------------------------|----------------------|--|---------------|---|---|
| Convenio | 578882 | Processo 47975001270 2006-88, 38000120060 0004, vigência 26/12/2006 a 26/12/2007 | Fomento a geração de Trabalho emprego e renda em atividades de Economia Solidária por meio da formação e da capacitação de agricultores, dos agentes de credito da CRESOL Luis Alves para divulgação e orientação na aplicação de recursos de microcredito. | 28/12/2006 | 56.000,00 | 50.000,00 | 6.000,00 | CNPJ - 044301000 001-09 - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE LUIS ALVES. | em vigência |
| Convenio | 578999 | Processo 47975001267 2006-64, 38000120060 0006, vigência 26/12/2006 a 26/12/2007 | Geração e manutenção de postos de trabalho na agricultura familiar por meio da estruturação de núcleos de apoio a geração de trabalho e renda. | 28/12/2006 | 220.000,00 | 200.000,00 | 20.000,00 | CNPJ - 187326280 002 - 28 - VISAO MUNDIAL | em vigência |

| | | | | | | | | | |
|----------|--------|--|--|------------|------------|------------|-----------|---|-------------|
| Convenio | 579263 | Processo 47975001246 2006-49, 38000120060 0001, vigência 27/12/2006 a 27/12/2007 | Estabelecimento de cooperação técnica e financeira, com vistas a criação e o desenvolvimento de associações e cooperativas populares em Natal/RN. | 29/12/2006 | 479.000,00 | 400.000,00 | 79.000,00 | CNPJ - 082417470 00143 - NATAL PREFEITURA. | em vigência |
| Convenio | 579348 | Processo 47975001268 2006-17, 38000120060 0005, vigência 26/12/2006 a 26/05/2007 | Gerar trabalho e renda de forma solidária e autogestionária, executar formação geral e qualificação específica a todos os trabalhadores participantes das padarias comunitárias a serem desenvolvidas. Fortalecer e disseminar o tema da economia solidária e da autogestão na sociedade em geral. | 28/12/2006 | 168.400,00 | 140.000,00 | 28.400,00 | CNPJ - 061940280 001-93 - ASSOCIACAO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDARIA . | em vigência |

| | | | | | | | | | |
|----------|--------|---|--|------------|------------|------------|-----------|---|---------------|
| Convenio | 579377 | Processo 47975001266 2006-10 , 38000120060 0002, vigência 26/12/2006 a 26/12/2007 | Estabelecimento de cooperação técnica e financeira, com vistas à estruturação dos núcleos de produção na perspectiva de ocupação produtiva , com ênfase em gênero, geração e etnia,fundamentados nos valores e princípios da Economia Solidária e na perspectiva na interface como turismo. | 29/12/2006 | 149.999,96 | 134.999,96 | 15.000,00 | CNPJ 846851630 001-45 - INSTITUTO SUPERIOR E CENTRO EDUCACIONAL LUTERANO, IELUSC. | - em vigência |
| Convenio | 579372 | Processo 47975000901 2005-61 , 38000120060 0009, vigência 27/12/2006 a 27/12/2007 | Proporcionar aos artesãos do município de João Pessoa espaços de formação para o aprofundamento sobre os elementos da pratica de comercialização de economia solidária e de qualificação das habilidades para o artesanato e trabalhos manuais, objetivando a implementação de feiras itinerantes e fixas nos bairros. | 28/12/2006 | 111.882,00 | 103.152,00 | 8.730,00 | CNPJ 087783260 00156 - JOAO PESSOA PREFEITURA | - em vigência |

| | | | | | | | | | |
|----------|--------|--|--|------------|---------------|---------------|--------------|---|-------------|
| Convenio | 506974 | Processo 46010001561 /2004-40, 38000120040 0015, vigência 20/07/2004 a 31/12/2007 | Este convenio tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica mútua para identificar e implementar, por meio de organizações não governamentais e associações, iniciativas inovadoras de geração de trabalho, emprego e renda, no âmbito do programa trabalho e cidadania. | 22/07/2004 | 28.017.761,05 | 22.342.250,95 | 5.675.510,10 | CNPJ 016410000 001-33 - FUNDACAO BANCO DO BRASIL | em vigência |
| Convenio | 535042 | Processo 46010.00515 4/2005-92, 38000120050 0001, vigência 21/12/2005 a 21/03/2007 | Disseminação, promoção e implementação de ações que fomentem e fortaleçam o desenvolvimento local solidário como subsídio a geração de emprego, trabalho e renda em comunidades pobres e tradicionais e em territórios que possuam potencial para o desenvolvimento de novas atividades. | 23/12/2005 | 9.100.000,00 | 8.600.000,00 | 500.000,00 | UG/Gestão - 154040/152 57 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB | em vigência |

* Tipo de transferência: convênio, acordo, ajuste, parceria, subvenção, auxílio ou contribuição.

Obs.: no caso de instauração de processo administrativo para sindicância ou de TCE, informar:

número do processo;

fato que originou;

identificação da unidade ou do responsável pela apuração;

identificação dos responsáveis (nome, CPF e cargo/função);

valores originais e datas de competência; e

situação do processo (providências adotadas e a adotar, inclusive quanto à suspensão de transferência, prazo de conclusão do processo etc).

6.1 SALDOS DAS CONTAS DE CONVÊNIOS

A) Detalhar saldo de VALORES A LIBERAR, com vigência expirada (relacionar Nº DO CONVÊNIO/CONT REPASSE, CONVENIENTE E VALOR e comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de liberação ou cancelamento);

Não consta

B) Detalhar SALDOS A APROVAR, com vigência expirada (relacionar Nº DO CONVÊNIO/CONT REPASSE, CONVENIENTE E VALOR e comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de finalização da análise);

1) Nº Convenio: Convênio MTE/SENAES nº 023/2004

CONT REPASSE: 517249

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Londrina

VALOR : R\$ 300.000,00

COMENTÁRIO:

Através do Terceiro Termo Aditivo, o prazo de vigência do referido convênio foi prorrogado de 22 de abril de 2006 para 30 de junho de 2006.

Devido à greve exposta no Ofício 556, de 16 de agosto de 2006, a Prefeitura Municipal de Londrina solicitou prorrogação para apresentação da prestação de contas por trinta dias, a qual foi apreciada e acatada, em caráter excepcional, pela SENAES. Nesse sentido, o novo prazo para apresentação da documentação necessária se encerraria em 28 de setembro de 2006.

Todavia, não havendo manifestação da prefeitura durante o período, efetuou-se o registro do inadimplemento no SIAFI, em 02 de outubro de 2006. Dias após a ocorrência, houve encaminhamento de parte da documentação referente à prestação de contas. Somente em 07 de novembro, após entrega de outros documentos indispensáveis, foi realizada a comprovação e retirada a inadimplência.

Da entrega a data presente, foi realizada análise a fim de solicitar readequação e outros documentos considerados pertinentes.

2) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 003/2004

CONT REPASSE: 513993

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

VALOR : R\$ 111.000,00

COMENTÁRIO

A vigência do referido convênio era até do dia 22 de março de 2006, conforme aditamento realizado por meio do Terceiro Termo Aditivo.

Em 30 de junho de 2006, por meio do Ofício 194, houve encaminhamento da prestação de contas, não estando, no entanto, composta de documentação devidamente preenchida e nem de todos os documentos necessários.

As pendências evidenciadas foram informadas do município através do n° 363, de 17 de agosto de 2006, tendo elas sido atendidas mediante o recebimento do Ofício n° 284.

No momento, encontra-se em elaboração nota informativa cujo principal objetivo é solicitar ao município esclarecimentos quanto a algumas constatações obtidas da análise realizada.

3) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 006/2004

CONT REPASSE: 514004

CONVENENTE: Governo do Paraná

VALOR : R\$ 390.690,00

COMENTÁRIO

A prestação de contas referida encontra-se em aberto desde 29 de julho de 2005.

Após essa data, a primeira comunicação encaminhada ao estado ocorreu por meio do Ofício n° 145, de 31 de janeiro de 2006, cuja Nota Informativa anexa continha detalhamento de todas as pendências constatadas.

O conveniente manifestou-se por meio do Ofício 001, de 15 de fevereiro de 2006, solicitando maior prazo para que fosse providenciada toda documentação necessária.

Registre-se que mesmo havendo prorrogação desse prazo, somente em março o estado encaminhou a documentação solicitada.

Por meio do Ofício n° 600, de 16 de novembro de 2006, foram informadas ao conveniente quais questões inviabilizavam a continuidade da análise, sendo estipulado para manifestação prazo de 10 dias. Tendo em vista que as solicitações não foram atendidas, foi encaminhado novo ofício, a fim de prorrogar o prazo anterior, sendo informado, além disso, que nova omissão acarretaria em situação de inadimplência.

Ainda assim, não houve pronunciamento do estado.

4) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 007/2004

CONT REPASSE: 514049

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Chapecó

VALOR : R\$225.000,00

COMENTÁRIO

O convênio em questão encerrou-se no dia 13 de abril de 2006 e a prestação de contas foi entregue em 08 de junho de 2006 através do ofício 057.

O Ofício n° 489, de 13 de outubro de 2006, teve por finalidade encaminhar a Nota Informativa n° 06/2006, a qual expôs as pendências a serem atendidas pelo município após realização da análise.

Infelizmente, não houve integral atendimento às solicitações realizadas e no momento encontra-se em elaboração novo documento, a fim de quem sejam informadas novas restrições, bem como reiterar aquelas não atendidas inicialmente.

5) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 004/2004

CONT REPASSE: 514186

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

VALOR : R\$ 210.000,00

COMENTÁRIO

A documentação foi entregue em 08 de agosto de 2005, por meio do ofício 208 e após análise inicial encaminhou-se o Ofício n° 458, de 24 de agosto, relacionado as providencias a serem adotadas pelo município.

Através do Ofício n° 260, de 1° de dezembro de 2006, houve encaminhamento de documentação complementar referente à prestação de contas.

Novamente, após nova análise, foram solicitadas novas providências, conforme Nota Informativa n° 01/2006. Além de readequação, foram solicitados alguns esclarecimentos.

Em fevereiro, através do Ofício n° 33, o município respondeu as questões levantadas na referida nota, possibilitando uma análise integral e conclusiva acerca da execução do convênio. Todas as constatações subsidiaram a elaboração do Relatório de Prestação de Contas, que, além disso, tratava das providências a serem adotadas, as quais foram posteriormente relatadas em nova nota informativa e encaminhadas ao conhecimento da prefeitura.

Somente após prorrogação do prazo houve manifestação da prefeitura, mas não atendendo às solicitações efetuadas. Por meio do ofício n° 107, de 14 de dezembro de 2006, o município contestou parte das pendências existentes e solicitou sua revisão.

No momento, aguarda-se resposta a solicitação de parecer por parte de área responsável deste ministério.

6) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 003/2005

CONT REPASSE: 538235

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Santópolis do Aguapeí

VALOR : R\$100.000,00

COMENTÁRIO

Conforme Termo Aditivo n° 01, o convênio foi prorrogado até o dia 31 de agosto de 2006, tendo em vista os contratemplos ocorridos durante sua execução.

A prestação de contas foi encaminhada em 1º de novembro de 2006, por meio do Ofício n° 359.

Através da Nota Informativa n° 09/2006, informou-se ao município a existência de algumas pendências documentais e foi solicitada a devolução de quantia referente a pagamento indevidamente realizado durante a execução do convênio.

Mesmo após resposta às solicitações, houve constatação de nova pendência, a qual foi informada por meio do Ofício n° 8 de 11 de janeiro de 2007.

No momento, aguarda-se recebimento da referida documentação para conclusão da análise.

7) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 003/2005

CONT REPASSE: 497139

CONVENENTE: Financiadora de Estudos e Projeto – FINEP

VALOR : R\$ 116.000,00

COMENTÁRIO

A documentação foi encaminhada pela entidade através do Ofício n° 6330, de 31 de maio de 2006.

Por meio do Ofício n° 458, de 28 de setembro de 2006, foram informados os dados necessários para recolhimento de saldo remanescente, conforme solicitado pela própria entidade.

Após devolução, em virtude de todas as alterações ocorridas quanto às atividades a serem realizadas no âmbito do convênio, surgiram algumas dúvidas durante a análise.

Já houve contato com a FINEP a fim de esclarecê-las mas até o momento as dúvidas não foram respondidas.

Aguarda-se manifestação da FINEP para que, assim, sejam solicitadas, formalmente, as pendências evidenciadas.

8) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 015/2004

CONT REPASSE: 506974

CONVENENTE: Fundação Banco do Brasil – FBB

VALOR : R\$ 28.142.251,00

COMENTÁRIO

Encontram-se na situação “a aprovar” duas prestações de contas parciais da Fundação Banco do Brasil, referentes aos exercícios de 2005 e 2006.

A primeira foi registrada no SIAFI em 13 de julho de 2006. Até esta data foi integralmente realizada sua análise, mas para sua aprovação é necessário o recebimento de documentação vinda da FBB.

A outra, que se refere mais precisamente ao período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2006, ainda não foi analisada, devendo ser providenciada sua análise no mais curto prazo.

9) N° Convenio: Convênio MTE/SENAES n° 003/2005

CONT REPASSE: 535042

CONVENENTE: Fundação Universidade de Brasília – FUB

VALOR : R\$ 8.400.000,00

COMENTÁRIO

Encontram-se na situação “a aprovar” três prestações de contas parciais da Fundação Universidade de Brasília, referentes às três primeiras parcelas a ela repassadas.

Constatou-se que para realização de análise há a necessidade de reformulação de parte dos documentos.

C) Detalhar SALDOS A COMPROVAR, com vigência expirada (relacionar N° DO CONVÊNIO/CONT REPASSE, CONVENENTE E VALOR e comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de notificação do convenente, bem como se houve ou não notificação ao convenente e inscrição em inadimplência, mencionando as datas e os números dos respectivos expedientes, ou justificar a falta de notificação ou de inscrição e, inadimplência). Ver se não a saldos a comprovar

Nada consta

7) CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS:

Não cabível para esta unidade

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS:

Não cabível para esta unidade

9) PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL:

Não cabível para esta unidade

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS:

Não cabível para esta unidade

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO:

Não cabível para esta unidade

12) FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE E DO
NORDESTE – FNO e FNE:

Não cabível para esta unidade

13) PROVIDÊNCIAS SOBRE RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE:

13.1) Descrever providências/determinações pendentes de implementação – destacando o que foi executado no exercício sob exame, bem como o que resta executar e prazos (respaldado no plano de providências do período e nas decisões do TCU no exercício sob exame)

| CONSTATAÇÃO | RECOMENDAÇÃO | PROVIDÊNCIAS | SITUAÇÃO |
|---|--|---|-------------------|
| <p>3.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (006)</p> <p>Ausência da apresentação do canhoto do cartão de embarque em 19,4% das prestações de contas de 108 PCD analisados.</p> | <p>recomendamos à SENAES que:</p> <p>a) após a devida notificação aos beneficiários para apresentação dos cartões de embarque, no caso de permanência da situação, promova a inscrição em inadimplência dos mesmos pela ausência de prestação de contas em atendimento ao art. 3º da Portaria nº 98/MP, de 16/7/03, bem como em descumprimento ao § único do art. 70 da Constituição Federal.</p> <p>b) que a Unidade não conceda novo benefício até que ocorra a comprovação;</p> <p>c) seja instituído procedimento próprio com prazos definidos para adoção de providências tempestivas, devidamente manualizado para amplo conhecimento.</p> | <p><i>Em relação ao item 1.1, letra a, informamos que todos os beneficiários em situação de inadimplência em relação à apresentação de cartão de embarque já foram devidamente notificados através de ofícios emitidos por esta Secretaria. Ressaltamos que conforme a Portaria nº. 685, de 14 de setembro de 2006, da Secretaria do Tesouro Nacional, em seu artigo 1º, inciso I, é vedada a inscrição em inadimplência dos débitos de pessoa física e jurídica iguais ou inferiores a R\$ 999,99. Dessa forma, como normalmente as passagens emitidas não ultrapassam o valor acima citado, esta Secretaria tem deixado de efetuar tal inscrição, em obediência à supracitada norma. A Secretaria também elabora um controle rigoroso e atualizado, diariamente, dos beneficiários em inadimplência em relação à devolução de cartão de embarque e tomou as providências necessárias para cumprimento do disposto no item 1.1, letra b, concernente à concessão de novo benefício sem a devida prestação de contas anterior. Para isto instituímos um novo fluxo de concessão de diárias,</i></p> | <p>implantado</p> |

| | | | |
|--|--|---|-------------------|
| | | <p>onde os responsáveis da área consultam previamente de existe pendência ou não.</p> <p>Em relação à instituição de procedimentos próprios com prazos definidos, informamos que já é prática desta Secretaria informar aos colaboradores eventuais, através da disponibilidade da Portaria nº. 98, da necessidade de devolução do cartão de embarque, e que os servidores desta unidade já estão amplamente informados do conteúdo da referida portaria. Dentre os procedimentos próprios para atendimento da Portaria 98, podemos citar a entrega de envelopes já endereçados à SENAES para devolução dos cartões de embarque. Quando estes não são devolvidos no prazo definido, são encaminhados ofícios de cobrança com informações do impedimento de realização de novas viagens. Junto a estes procedimentos, estaremos aprimorando nosso sistema de controle.</p> | |
| <p>3.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (013)</p> <p>Falha na cobrança da devolução de diárias não utilizadas em 10 (9,25%) das 108 PCD analisadas, descumprindo o disposto no art. 8º do Decreto nº 343, de 19/11/91.</p> | <p>Recomendamos à SENAES que:</p> <p>a) adote como procedimento interno a prática de, no quarto dia após o atraso, avisar o beneficiário sobre a pendência e a partir do sexto dia proceder à cobrança formal, estipulando prazo para a devolução;</p> <p>b) monitore o cumprimento do prazo fixado nos expedientes dirigidos aos beneficiários inadimplentes e adote as providências necessárias ao cumprimento do estabelecido no artigo</p> | <p>Imediatamente depois de identificado, através das datas dos cartões de embarque, que o colaborador/servidor embarcou ou retornou em datas diferentes das previstas, fazendo-se necessária a devolução de diárias, o setor financeiro procederá internamente da seguinte forma: no quarto dia após essa identificação o beneficiário será avisado sobre a pendência e a partir do sexto dia haverá cobrança via ofício, sendo estipulado prazo para devolução. Esse prazo será monitorizado com a finalidade de assegurar a restituição dos recursos em tempo hábil e em conformidade com o estabelecido no</p> | <p>implantado</p> |

| | | | |
|---|---|---|---------------------------------|
| | <p>8º do Decreto nº 343, de 19/11/91;</p> <p>c) faça levantamentos quinzenais dos cancelamentos de viagens e providencie as devidas restituições em tempo hábil.</p> | <p><i>art. 8 do decreto nº. 343/91. Não será concedido nenhum benefício a colaboradores e servidores em situação de inadimplência.</i></p> | |
| <p>3.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (003) Ausência de fiscalização "in loco" do Convênio nº 23/2004, celebrado com a Prefeitura de Londrina, agravada pelo fato de a assinatura não observar o previsto no Parecer STM/CONJUR/MTE/Nº 07/2004.</p> | <p>a) que proceda a fiscalização "in loco" deste e dos demais convênios sob sua responsabilidade, em atendimento ao disposto em lei;</p> <p>b) aplicar no âmbito dessa Secretaria os procedimentos desenvolvidos pela mesma para acompanhamento e fiscalização da execução dos convênios sob sua responsabilidade, conforme determinação do Tribunal de Contas da União contida no Acórdão nº 2.128/2004 - 2ª Câmara.</p> | <p><i>A fiscalização "in loco" já está sendo implementada por esta Secretaria, tendo sido elaborada uma agenda de visitas (que inclui o convênio celebrado com a prefeitura municipal de Londrina) que se encerrará até o final do ano. Vale ressaltar que parte dessa fiscalização será feita por servidores desta unidade enquanto outra será realizada por servidores das Delegacias Regionais do Trabalho – DRT's, que já vieram a Brasília para participar de um curso de formação para realizarem a função de fiscalização.</i></p> <p><i>Os agentes das DRT's já se encontram visitando alguns dos projetos selecionados, enquanto se tenta viabilizar, tanto física quanto financeiramente, a visita "in loco" de servidores deste Ministério, para acompanhamento e fiscalização de outros convênios.</i></p> <p><i>Tais visitas fazem parte de um plano de acompanhamento e fiscalização desenvolvido e em fase de implementação pela SENAES.</i></p> | <p>Implantação continua</p> |
| <p>3.1.4.3 CONSTATAÇÃO: (008) Aprovação de Planos</p> | <p>a) aprimore o conteúdo dos pareceres de aprovação de Planos de Trabalho, incluindo pronunciamento sobre a adequabilidade dos custos e as fontes de pesquisa que embasaram sua opinião;</p> | <p><i>Os pareceres de aprovação de Planos de Trabalho já possuem pronunciamento sobre a adequabilidade de custos, realizada por prática efetiva desta Secretaria, de orçamentos recebidos e do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SIASG. Contudo, nos atentaremos quanto a</i></p> | <p>Implantação continua</p> |

| | | | |
|---|--|---|-----------------------------|
| <p>de Trabalho sem análise de custos e orçamentação em 50% dos convênios celebrados em 2005.</p> | <p>b) para os casos de materiais e serviços de obras, consignar no parecer a adequação dos preços à mediana constante do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI ou justificar a prática de preços superiores, conforme prevê a Lei 11.178, de 20/9/2005 - LDO LDO/2006;</p> <p>c) considerando a falha na aprovação dos Planos de Trabalho dos convênios nº 02/2005 e 07/2005, atente para a comprovação das despesas e realização das licitações, quando da análise e aprovação das prestações de contas;</p> <p>d) estabeleça regulamento específico sobre a concessão de financiamento para projetos de economia solidária;</p> <p>e) para o convênio nº04/2005, analisar e emitir parecer previamente à adoção do regulamento elaborado pelo BNB.</p> | <p><i>informar a fonte de pesquisa que embasou o parecer e verificaremos para os casos de materiais e serviços de obras, conforme recomendado, o SINAPI como base de pesquisa.</i></p> <p><i>Será feito estudos de como melhor regulamentar a concessão de financiamento para projetos no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária.</i></p> <p><i>No caso do convênio 04/2005, será analisado e emitido parecer previamente ao regulamento do BNB.</i></p> <p><i>No que tange à maior atenção para com a comprovação das despesas dos convênios nº 02/2005 e 07/2005, informamos que o primeiro encontra-se extinto sem execução e, com isso, sem gastos. O segundo será alvo de fiscalização "in loco".</i></p> | |
| <p>3.1.4.4 CONSTATAÇÃO: (011) Falhas de formalização em 86% dos processos de convênios celebrados</p> | <p>Considerando que a SENAES tem demonstrado interesse em minorar as falhas de controle existentes, recomendamos que a Unidade monitore o cumprimento dos procedimentos instituídos no fluxo de convênios, com vistas ao</p> | <p><i>A SENAES tem desenvolvido um sistema de controle e monitoramento do fluxo de convênios e no momento está em estudo junto à CGI – Coordenação-Geral de Informática deste Ministério, a implantação de um novo sistema que atenda à demanda com maior eficácia e eficiência, sobretudo visando o cumprimento das</i></p> | <p>Implantação continua</p> |

| | | | |
|--|---|--|-----------------|
| <p>pela SENAES no exercício de 2005.</p> | <p>cumprimento adequado das determinações contidas na legislação vigente, em especial ao art. 116 da Lei nº 8.666/93 e na IN/STN nº 01/97.</p> <p>Por se tratar de ação de implementação continuada, reiteramos a recomendação do Relatório de Auditoria de Gestão nº 160127, exercício de 2004, para que a SENAES promova a qualificação dos responsáveis por tais atividades.</p> | <p><i>determinações legais.</i> <i>Em relação aos responsáveis por essas atividades, informamos que vimos promovendo essa qualificação por meio de palestras, cursos e seminários específicos.</i></p> | |
| <p>3.1.4.5 CONSTATAÇÃO: (014)</p> <p>Falta de implementação da metodologia de controle e acompanhamento dos processos de convênios.</p> | <p>Neste contexto, recomendamos à SENAES que implemente os procedimentos instituídos nos fluxos de convênios e de prestação de contas, observando o atendimento do objetivo da Unidade além do contido na IN/STN nº 01/97 combinada com a Lei nº 8.666/93.</p> | <p><i>A implementação dos procedimentos instituídos nos fluxos de convênio e de prestação de contas, inclusive no que tange o disposto na IN 01/97 e na Lei nº 8.666/93, já foi desenvolvido, devendo ser melhor acompanhada, o que está sendo providenciado por esta unidade.</i></p> | <p>continuo</p> |
| <p>3.1.4.6 CONSTATAÇÃO: (019)</p> <p>Descumprimento do prazo de 60 dias para análise da prestação de contas de 4 do</p> | <p>Nesse contexto, recomendamos à SENAES maior atenção no cumprimento do estabelecido no Art. 31 da IN nº 01, de 15/01/1997, atentando para que novos repasses de recursos a estes convenientes sejam precedidos da aprovação de prestações de contas anteriores.</p> | <p><i>Diante do reconhecimento de que alguns processos de análise de prestação de contas vêm ocorrendo com duração superior àquela estipulada pela IN STN nº 01/97, ressaltamos que apesar da dificuldade inicial de se implementar ações com vistas a estabelecer um maior controle sobre os prazos de análise e aprovação das contas, o setor responsável desta Secretaria tem, nos últimos meses, passado a adotar alguns procedimentos com vistas a evitar que ocorra a expiração de</i></p> | <p>continuo</p> |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p>total de 8 convênios que apresentaram esta peça à SENAES em 2005.</p> | <p>Recomendamos ainda, que a SENAES normatize o acompanhamento dos prazos de apresentação da Prestação de Contas dos Convênios, com o estabelecimento de rotinas internas sobre as notificações, reiteraões, prazos para o conveniente e a inscrição em inadimplência.</p> | <p><i>prazos por inadimplemento dos convenientes.</i></p> <p><i>As referidas ações vêm sendo adotadas de forma gradual, a partir da verificação de que procedimentos anteriores tornaram-se ineficazes. Atualmente, pode-se dizer que o processo de prestação de contas é dividido em dois grandes momentos: aquele que é realizado antes mesmo do encaminhamento dos documentos por parte da entidade parceira e o outro, que compreende todas as ações realizadas após a realização da comprovação no SIAFI.</i></p> <p><i>O momento inicial consiste em notificação do conveniente acerca do término do instrumento. Sabendo que o prazo da entidade para encaminhamento da prestação é de 60 (sessenta) dias após o término do convênio, procura-se encaminhar o informativo ainda no primeiro mês após a expiração da vigência, apresentado-lhe a listagem completa dos documentos pertinentes, além dos prazos para a entrega e para recolhimento de saldo remanescente.</i></p> <p><i>O momento seguinte é realizado após encaminhamento da documentação completa, realizando-se a comprovação da prestação de contas, ação a partir da qual serão realizadas solicitações adicionais, inclusive de reformulação. Nesta etapa, são utilizados mecanismos tais como: notificações, reiteraões e por fim, comunicados de inscrição em inadimplência. Apesar de até o momento não terem sido estipulados prazos</i></p> | |
|--|--|---|--|

| | | | |
|---|--|---|----------------------|
| | | <p><i>específicos para cada um das ações, o atendimento às solicitações realizadas não ultrapassa o prazo de 15 (quinze) dias, contado de seu recebimento. Estaremos aprimorando para fixar prazos específicos para cada uma das ações.</i></p> <p><i>Logicamente que os procedimentos resumidamente expostos necessitam de aperfeiçoamento e de constante monitoramento, todavia, diante da realidade desta secretaria, espera-se que tais atividades possam auxiliar-nos no cumprimento e estrito respeito às recomendações encaminhadas e, sobretudo, à legislação pertinente.</i></p> | |
| <p>4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (010) Celebração do convênio nº07/2005, com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG sem a comprovação de regularidade com o FGTS e sem as três declarações de</p> | <p>a) elaborar e publicar normativo específico, estabelecendo critérios para celebração de convênios, percentuais de contrapartida para entidades privadas sem fins lucrativos e demais parâmetros julgados necessários pela Unidade para adequação das transferências voluntárias aos objetivos dos programas de governo a seu encargo;</p> <p>b) fazer cumprir as rotinas e fluxos de convênio definidos pela SENAES, acrescentando a obrigatoriedade de inclusão nos pareceres técnicos que suportam a aprovação dos Planos de Trabalho</p> | <p><i>Será realizado estudos e publicadas normativas específicas, estabelecendo criterios para celebração de convênios, conforme recomendado. Será também acrescentado nos pareceres técnicos que suportam a aprovação do Plano de Trabalho a comprovação de que a proponente tem capacidade técnica e financeira para a execução do objeto proposto.</i></p> <p><i>O acompanhamento e a fiscalização "in loco" do convênio nº 07/2005 já esta sendo realizada.</i></p> | <p>abril de 2007</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>funcionamento regular da entidade há três anos.</p> | <p>da confirmação de que o proponente tem capacidade técnica e financeira para execução do objeto proposto, destacando os critérios utilizados na conclusão;</p> <p>c) no exercício da função fiscalizadora, realize monitoramento rigoroso do Convênio nº 07/2005, inclusive com fiscalizações "in loco" e adoção das Providências previstas na IN/STN nº 01/97, caso identifique falhas ou irregularidades que possam causar prejuízo ao Erário.</p> | | |
|--|--|--|--|

14) RECURSOS HUMANOS:

a) Quantitativo de pessoal por área técnica da Unidade – separando por:

- Unidade Central e Descentralizadas
 - Área meio e Área Fim;
 - a) Servidores Efetivos, Estagiários e Prestadores de Serviço

Área meio

Servidores efetivos: **03 (sendo dois servidores do quadro permanente e 01 cargo comissionado)**
Estagiários: **02**
Prestadores de serviço: **09**

Área fim

Servidores efetivos: **23 (Sendo 03 servidores do quadro permanente, 05 requisitados, 01 Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e 14 nomeados em cargos comissionados)**
Estagiários: **00**
Prestadores de serviço: **01**

b) Valor total da folha de pessoal cotejando-o com o valor pago com terceirizados e estagiários;

*“Os dados relativos ao custo da folha de pagamento dos **servidores** desta Secretaria serão consolidados pela CGRH e constarão do relatório de gestão da Secretaria-Executiva, considerando que o Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE não disponibiliza essa informação fragmentada por cada unidade do MTE.”*

Terceirizados:

Estagiários: R\$ 4.005.00 (quatro mil e cinco reais)

c) Cargos comissionados – detalhando-os por

- Quantidade de DAS e sua classificação por:
 - Unidade Central e Descentralizadas,
 - Área meio e Área fim

Área meio: **03 (Sendo 01 servidor do quadro permanente com DAS, 01 servidor do quadro permanente com FCT 13, e 01 nomeado em comissão)**
Área fim: **22 (Sendo 03 servidores do quadro permanente, (com DAS), 05 requisitados e 14 nomeados em cargos comissionados)**

d) Discriminar os servidores que receberam auxílio-moradia no exercício sob exame detalhando o valor ressarcido de aluguel, a localização do imóvel, a data do início do pagamento, o nome dos dependentes e localidade de origem;

| SERVIDOR | VALOR | LOCALIZAÇÃO IMÓVEL | INÍCIO | DEPENDENTES | LOCALIDADE DE ORIGEM |
|------------------------------------|-----------|---|------------|-----------------------------------|----------------------|
| PAUL ISRAEL SINGER | 21.600,00 | SHN Quadra 02 Bloco H Aptº 415 | Janeiro/06 | Melani Berezovsky | São Paulo |
| FÁBIO JOSÉ BECHARA SANCHEZ | 21.600,00 | SHIS QI 23 Chácara27, Casa B, Lago Sul | Janeiro/06 | Não consta | São Paulo |
| SONIA MARIA ROCHA HECKERT | 21.600,00 | Parthenon Líder Flat SHN Aptº 1319 | Janeiro/06 | Uriel Heckert | Juiz de Fora |
| VALMOR SCHIOCHET | 21.600,00 | Bonaparte Hotel SHN Aptº 1.519 | Janeiro/06 | Mariléia Hillesheim | Santa Catarina |
| ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA | 21.600,00 | SQN 203 Bloco F Aptº 203 | Janeiro/06 | Maria do Socorro B. Marinho | Rio Grande do Norte |
| CLÁUDIO ARAÚJO DA SILVA NASCIMENTO | 21.600,00 | SQS 311 Bloco H Aptº 402 | Janeiro/06 | Não consta | Santa Catarina |
| DIONE SOARES NASCIMENTO | 21.600,00 | SHIN QI 04 Conj 10 Casa 06 Lago Norte | Janeiro/06 | Não consta | Rio Grande do Sul |
| ANTONIO HAROLDO NASCIMENTO | 21.600,00 | SQN 203 Bloco F Aptº 103 | Janeiro/06 | Rita Cristina de Oliveira Sampaio | Pará |
| JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO | 21.600,00 | SHN Quadra 02 Bloco H Metropolitan Flat Brasília Ltda | Janeiro/06 | Leilane da Silva Nascimento | Rio Grande do Sul |

e) Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de, concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento exigíveis no exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

“Os encaminhamentos referentes aos atos de aposentadoria, pensão e desligamento, junto aos órgãos de controle, dos servidores desta Secretaria são centralizados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos e, para tanto, constarão do relatório de gestão da Secretaria-Executiva”.

15)DIÁRIAS:

Discriminar diárias pagas e iniciadas no final de semana (incluindo sexta-feira e excluindo o Domingo) e feriado, detalhando: beneficiário, local de destino, objetivos extraordinários da viagem e resultados

| DIARIAS PAGAS E INICIADAS NO FINAL DE SEMANA (INCLUINDO SEXTA-FEIRA E EXCLUINDO DOMINGO – 2006 | | | | |
|--|--|-----------------|-----------------|---|
| BENEFICIARIO | OBJETIVO DA VIAGEM | DATA | DESTINO | RESULTADOS |
| ADEMAR DE ANDRADE BARTUCCI | CONFERENCIA ESTADUAL | 02 A 04/06/2006 | VIX/BHZ/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| ADEMAR DE ANDRADE DE BERTUCCI | ASSESSORIA P/ CONFERENCIA NACIONAL DE ECO. SOLIDARIA | 19 A 21/05/2006 | BSB/RIO/VIT/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |

| | | | | |
|--|---|---------------------|-------------------|---|
| AFONSO CARLOS VIEIRA MAGALHAES | CONFERENCIA ESTADUAL | 27 A 28/05/2006 | BSB/RIO/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| ALTAIR DE SOUZA | REUNIÃO DA comissão coordenadora da Conferencia | 23 A 25/06/2006 | CGR/BSB/CGR | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| ANA PAULA GONÇALVES SALES | OFICINA DE ECOSOL EM SANTO AMARO | 28 A 30/04/2006 | SSA/STO AMARO/SSA | Participação em evento |
| ANGELA MARQUES ALMEIDA | 1ª FEIRA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (MOSTRA CULTURAL DO BRASIL) | 31 /03 A 10/04/2006 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| ANTONIO HAROLDO PINHEIRO MENDONÇA | ORGANIZAÇÃO DA MOSTRA DA CULTURA DO BRASIL E ECOSOL | 31/03 A 01/04/06 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de |

| | | | | |
|---|--|-----------------|-------------|---|
| | | | | comercialização aos mesmos |
| ANTONIO HAROLDO PINHEIRO MENDONÇA | REUNIÃO COM FACES DO BRASIL | 03 A 04/03/06 | BSB/SÃO/BSB | Constituição de Sistema Nacional de Comercio justo e solidário |
| ANTONIO HAROLDO PINHEIRO MENDONÇA | GRUPO INTERMINISTERIAL DE RANSENIASE E AUDIENCIA PUBLICA | 24 A 25/11/2006 | BSB/MAO/BSB | audiência pública para determinar ação governamental para população com hanseniade |
| BENEDITO ANSELMO MARTINS DE OLIVEIRA | REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA | 24 A 28/03/2006 | BHZ/BSB/BHZ | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| BENEDITO ANSELMO MARTINS DE OLIVEIRA | PREPARAÇÃO DA I CONAES | 23 A 26/06/2006 | BHZ/BSB/BHZ | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| CARLOS ALBERTO FONTANA | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 25 A 26/03/2006 | CWB/BSB/CWB | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| CARLOS MANUEL FERNANDES CARMO | 1ª MOSTRA DE CULTURA DO BRASIL E E.S. E | 07 A 09/04/2006 | POA/SÃO/POA | participação de feira nacional de economia |

| | | | | |
|-------------------------------------|--|-----------------|-------------|---|
| | LANÇAMENTO ECOSOL | | | solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| CARLOS OMAR DA SILVA | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/2006 | RBR/BSB/RBR | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO | CONFERENCIA ESTADUAL | 02 A 05/06/2006 | BSB/REC/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| CLAUDIO ARAUJO NASCIMENTO | CONFERENCIA ESTADUAL | 02 A 05/06/2006 | BSB/REC/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS | ORGANIZAÇÃO DAS FEIRAS DE E.S. | 03 A 10/03/06 | BSB/SÃO/BSB | Reunião para organizar a Feira nacional de economia solidária, que ocorreu em abril |
| DIONE SOARES MANETTI | MOSTRA CULTURA DO BRASIL E ECONOMIA | 31/03/2006 | BSB/SÃO/BSB | Reunião para organizar a Feira nacional de |

| | | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------|------------------|---|
| | SOLIDÁRIA | | | economia solidária, que ocorreu em abril |
| DIONE SOARES MANETTI | III FEIRA ESTADUAL DE MINAS GERAIS | 15 A 16/11/2006 | BSB/BHZ/BSB | Participação em feira estadual de economia solidária |
| DIONE SOARES MANETTI | XII GOIANIA NOISE FESTIVAL | 25/11/2006 | BSB/GYN/BSB | Participação em feira estadual de economia solidária |
| EDSON JESUS ANTUNES CORREA | SEMINARIO SOBRE BANCOS COMUNITÁRIOS | 13 A 15/01/06 | BELEM/FORT/BELEM | Fortalecimento da rede de bancos comunitários |
| FABIANA PEREIRA GOMES | CONFERENCIA ESTADUAL | 02 A 05/06/2006 | BSB/MCP/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| FABIO JOSÉ ALVES GARRIDO | 1ª MOSTRA DE CULTURA DO BRASIL E E.S. E LANÇAMENTO ECOSOL | 07 A 09/04/2006 | RIO/SÃO/RIO | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| FABIO JOSE BECHARA SANCHEZ | CONFENCIA ESTADUAL | 26 A 27/05/2006 | BSB/PMW/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados |

| | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|--|
| | | | | escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| FABIO JOSE SANCHEZ | REUNIÃO SDO BALANÇO DO FORUM PAULISTA/ECOSOL; REUNIÃO FRENTE ECONOMIA SOLIDÁRIA E REUNIÃO CUPULA SOCIAL DO MERCOSUL | 24 A 28/11/2006 | BSB/SÃO/IGU/BSB | Exposição das políticas da senaes no estado para realização do balanço das atividades, reunião com parlamentares para discutir projeto de lei das cooperativas de trabalho e participação de reunião do Fórum social do Mercosul |
| FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA | REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONCERTAÇÃO DO PLANO SETORIAL DE QUALIFICAÇÃO | 19/05/2006 | SÃO/BSB/SÃO | Definição e implantação de Plano setorial de qualificação em economia solidária |
| FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA | 1ª MOSTRA DE CULTURA DO BRASIL E E.S. E GT DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 08 A 10/04/2006 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| GUAPEI VASCONSELO VENTIN BOMFIM | 1ª MOSTRA DE CULTURA NO BRASIL E ECONOMIA SOLIDARIA | 07 A 09/04/06 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, |

| | | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------|-------------|---|
| | | | | possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| ISAIAS BEZERRA DE ARAUJO | REUNIÃO DOS AGENTES DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO DE E.S. | 09 A 10/06/2006 | RIO/BSB/RIO | Planejamento da ação de capacitação de agentes de desenvolvimento solidário |
| JESSE BARBOSA DA SILVA | 1ª MOSTRA DE CULTURA DO BRASIL E E.S. E GT DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 08 A 09/04/2006 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| JOAO RO BERTO LOPES PINTO | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/2006 | RIO/BSB/RIO | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| JONAS DE OLIVEIRA BERTUCCI | 1ª MOSTRA DE CULTURA NO BRASIL E ECONOMIA SOLIDARIA | 07 A 09/04/06 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| JONAS OLIVEIRA BERTUCCI | CONFERENCIA ESTADUAL | 02 A 05/06/2006 | BSB/MCP/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a |

| | | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------|-------------------------|---|
| | | | | participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| JORGE LUIS DA SILVA NASCIMENTO | SEMINARIO INTERNACIONAL DE E.S. | 03 A 05/03/06 | POA/SÃO/POA | Participação em evento |
| JORGE LUIZ DA SILVA MASCIMENTO | REUNIÃO FETAG E ENCONTRO DA PESCA | 10 A 12/02/06 | BSB/POA/RIO/BSB | Participação em evento |
| JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO | SEMINARIO DE ECOSOL E CONFERENCIA ESTADUAL | 26/05 A 05/06/2006 | BSB/MAO/SSA/FOR/BHZ/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO | SEMINARIO ECONOMIA E POPULAÇÃO QUILOMBOLAS | 09 A 10/06/2006 | BSB/GYB/BSB | Participação em seminário |
| JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO | INAUGURAÇÃO DA LOJA DA CONSOL E REUNIÃO CTMC/RS | 15 A 18/12/2006 | BSB/POA/BSB | Participação em evento |
| LUIS HUMBERTO VERARDO | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/2006 | SÃO/BSB/SÃO | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| LUIZ CLAUDIO VENTIN BONFIN | 1ª MOSTRA DE CULTURA NO BRASIL E ECONOMIA SOLIDARIA | 07 A 09/04/06 | SSA/SÃO/SSA | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, |

| | | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------|-----------------|---|
| | | | | possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| LUIZ INACIO GERMANY GAIGER | 1ª MOSTRA DE CULTURA NO BRASIL E ECONOMIA SOLIDARIA | 08 A 09/04/06 | POA/SÃO/POA | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| MANOEL MARQUES DA SILVA | 1ª MOSTRA DE CULTURA DO BRASIL E ECONOMIA SOLIDÁRIA | 07 A 09/04/2006 | BSB/SÃO/BSB | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| MARIA CLEUDES PESSOA | OFICINA DE PLANEJAMENTO COM AS AGENTES DO SEGMENTO. | 13 A 16/05/2006 | BSB/POA/BSB | Acompanhamento da ação de capacitação dos agentes de desenvolvimento solidário |
| MARIA DORAMA CARDOSO | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/2006 | MCP/BSB/MCP | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| MAURICIO SARDA DE FARIA | CONFERENCIA ESTADUAL | 02 A 04/06/2006 | BSB/GYN/SLZ/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de |

| | | | | |
|---------------------------------------|--|-----------------|------------------------|---|
| | | | | economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| MAURO LUIZ VIEIRA CRUZ | 1ª MOSTRA DE CULTURA NO BRASIL E ECONOMIA SOLIDARIA | 07 A 09/04/06 | POA/SÃO/POA | Participação de feira nacional de economia solidária, onde participaram mais de 3.700 empreendimentos, possibilitando canal de comercialização aos mesmos |
| NELSA INÊS FABIAN NESPOLO | REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONCERTAÇÃO DO PLANO SETORIAL DE QUALIFICAÇÃO | 19/05/2006 | POA/BSB/POA | Definição e implantação de Plano setorial de qualificação em economia solidária |
| NIRO RONI NOBRE BARRIOS | CONFERENCIA ESTADUAL | 26 A 28/05/2006 | POA/RIO/POA | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| RAIMUNDO FILHO DOS SANTOS | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/06 | ITAP/FOR/BSB/FOR/ITAP. | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA | PLENARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | 04 A 06/03/06 | BSB/POA/BSB | Participação da conferencia internacional |

| | | | | |
|---|--|-----------------|---------------------|---|
| | RURAL SUSTENTAVEL CONDRAF | | | de agricultura e reforma agrária, definindo políticas de economia solidária para o setor |
| ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA | REUNIÃO DO MAPEAMENTO | 17 A 18/11/2006 | BSB/BHZ/BSB | Consolidação do SIES |
| ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA | FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, LANÇAMENTO DO ATLAS DO MAPEAMENTO E CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DA ECOSOL E ENCONTRO DA REDE ABELHA | 15 A 19/12/2006 | BSB/NAT/JPB/BS B | Publicização do SIES e participação de feira nacional de economia solidária |
| ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA | FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA | 08 A 10/12/2006 | BSB/XAP/BSB | Participação em feira estadual de economia solidária |
| SANDRA FAE PRAXEDES SILVA | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/2006 | RIO/BSB/SÃO | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| SANDRA MARIA MAGALHAES | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 25 A 27/03/2006 | SÃO/BSB/SÃO | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |
| SANDRA MARIA MAGALHAES | PREPARAÇÃO DA I CONAES | 23 A 26/06/2006 | FOR/BSB/FOR | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados |

| | | | | |
|-------------------------------|---|-----------------|---------------------|---|
| | | | | escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| SIZUE IMANISHI | COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERENCIA NACIONAL DE E.S. | 07/04/2006 | BSB/SÃO/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| VALMOR SCHIOCHET | INAUGURAÇÃO DO NUCLEO DE ARMAZENAMENTO | 10 A 11/02/06 | BSB/GYN/BSB | Participação em evento |
| VALMOR SCHIOCHET | REUNIÃO PREPARATORIA DA CONFERENCIA EM CURITIBA, NAVEGANTES E REUNIÃO NA UNISOL. | 19 A 22/05/2006 | BSB/CUR/NAV/SÃO/BSB | Realização da 1º Conferencia Nacional de economia solidária com a participação de mais de 1.200 delegados escolhidos em 27 conferencias estaduais |
| VALMOR SCHIOCHET | ACOMPANHAR PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA ADS/CUT SÃO PAULO | 25/11/2006 | BSB/SÃO/BSB | Projeto acompanhado |
| WALMIR JOSÉ DE ALMEIDA | REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES | 24 A 26/03/2006 | SÃO/BSB/SÃO | Canal de dialogo entre o estado e sociedade civil para avaliação da política pública |

16)DENÚNCIAS:

Informação sobre as providências adotadas para apuração de denúncias recebidas, detalhando, para cada caso, o número do processo, o fato denunciado e as providências adotadas.

Não consta nenhuma denuncia

Fábio José Bechara Sanchez

Secretário Nacional de Economia Solidária – Substituto

Daniel Lopes de La Plata

Gestor Financeiro